

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## ORDEM DO DIA Nº 033/2016 SESSÃO ORDINÁRIA 03/10/2016

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 080/2016 - JOÃO LUIZ ZAINÉ** - Revoga a Lei 4.983, de 29 de junho de 2016. Processo nº 14641.

2 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 082/2016 - PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Município a doar áreas de sua propriedade ao DAAE. Parecer Jurídico nº 082/2016 - pela legalidade com ressalva. Parecer Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 14646.

3 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 083/2016 - PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Município a doar área de sua propriedade ao DAAE. Parecer Jurídico nº 083/2016 - pela legalidade com ressalva. Parecer Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 14647.

4 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 084/2016 - JOÃO LUIZ ZAINÉ** - Acresce o § 5º no Artigo 4º da Lei nº 3.849, de 14 de dezembro de 2.004, e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 082/2016 - pela legalidade. Parecer Comissão Conjunta - pela aprovação. Processo nº 14648.

+++++

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 080/2016

PROCESSO Nº 14641

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,  
delibera o seguinte

### PROJETO DE LEI

(Revoga a Lei 4.983, de 29 de junho de 2016).

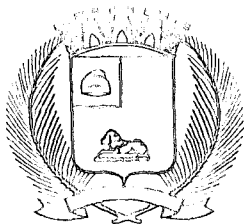
Artigo 1º - Fica revogada na integra a Lei nº 4983, de 29 de junho de 2016, a qual denomina a Estrada Municipal Rural de “Estrada dos Secadores”, no trecho entre a rotatória da Casa Escola (SP 191) na confluência da Estrada Velha Rio Claro/São Pedro.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 09 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 26/09/2016 – 2/3.



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.047/16

Rio Claro, 13 de setembro de 2016

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação e deliberação pela Colenda Câmara de Vereadores o Projeto de Lei em Anexo que, se aprovado, permitirá que o Município possa doar ao DAAE duas áreas de sua propriedade, onde serão instaladas caixas d'água para atender com maior eficiência as comunidades onde serão construídas.

São duas áreas pequenas e uma delas, localizada entre o loteamento "Sebastião dos Santos Lima" e o "Jardim Centenário", com 70,45 metros quadrados e a outra, de 177,10 metros quadrados, localizada no loteamento "Bom Retiro", conforme constam dos Processos Administrativos nº 10.286/15 e 10.292/15, respectivamente.

Certamente essas doações se justificam pelo enorme benefício que os equipamentos que serão construídos pelo DAAE trarão as populações da comunidade onde serão instaladas. Essas doações não acarretarão ônus aos cofres municipais, já que o DAAE ficará responsável pelas despesas cartorárias.

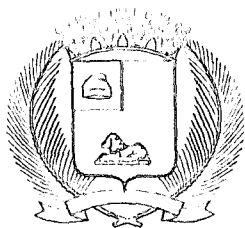
Contando com a sempre honrosa atenção de Vossa Excelência e dos nobres membros desse Legislativo, aguarda-se a aprovação desse Projeto de Lei, permitindo assim que a Administração possa cumprir com suas obrigações.

Atenciosamente.

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
JOÃO LUIZ ZAINE  
DD.Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO

COPIA SECRETARIA  
13/09/2016 10:07



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 82/2016

(Autoriza o Município a doar áreas de sua propriedade ao DAAE)

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar áreas de sua propriedade ao DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgoto, Autarquia Municipal, destinadas à instalação de caixas d'água elevadas para atender as populações das regiões onde serão construídas e que assim se descrevem:

- uma faixa de terra destacada da rua 7-JC, esquina com a avenida 18-JC, iniciando sua descrição no ponto 01, ponto este cravado no alinhamento predial da avenida 18-JC, lado par, daí segue em curva com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 8,75 metros até atingir o ponto 02; daí segue com azimute magnético de 184°59'07" na distância de 3,72 metros até atingir o ponto 03, ponto este cravado no alinhamento predial da rua 7-JC, confrontando do ponto 01 ao ponto 03, passando pelo ponto 02 com a divisa do loteamento denominado jardim centenário (QUADRA 23), daí segue com azimute magnético de 240°04'34" e distância de 7,19 metros até atingir o ponto 04; daí segue com azimute magnético de 330°40'34" e distância de 7,00 metros até atingir o ponto 05, ponto este cravado no alinhamento predial da avenida 18-JC, lado par; confrontando do ponto 03 ao ponto 05, passando pelo ponto 4 com a rua 7-JC; daí segue com azimute magnético de 60°40'34" e distância de 16,72 metros até atingir o ponto 01, início desta descrição, confrontando do ponto 05 ao ponto 01 com o alinhamento predial da avenida 18-JC, lado par, encerrando uma área de 70,45 metros quadrados.

- uma área de terra, no Loteamento Residencial de Interesse Social Sítio Bom Retiro, Área Institucional nº 02, localizada com frente para a avenida 22 JW, lado ímpar, esquina da rua 5-JW lado par, na quadra completada pela avenida 20-JW e a rua 4-JW, iniciando sua descrição num ponto distante 9,14 metros da confluência dos alinhamentos prediais da avenida 22-JW com a rua 5-JW, medindo 5,01 metros de frente, daí vira a direita e segue na distância de 20,00 metros onde confronta com o lote 15; vira novamente a direita e segue na distância de 5,48 metros até atingir o alinhamento predial da rua 5-JW, confrontando nesta face com o lote 14; daí segue pelo referido alinhamento na distância de 12,66 metros; daí segue em curva com raio de 6,00 metros e desenvolvimento de 11,88 metros até atingir o alinhamento predial da avenida 22-JW, início desta descrição, encerrando uma área de 177,10 metros quadrados.

Artigo 2º - As doações a que se refere o artigo 1º desta Lei serão feitas sem ônus para o DAAE, que arcará apenas com as despesas cartorárias.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO  
Prefeito Municipal

**PARECER JURÍDICO Nº 82/2016 - REFERENTE AO  
PROJETO DE LEI Nº 82/2016 - PROCESSO Nº 14646-633-16.**

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 82/2016, de autoria do Prefeito Municipal, Sr. Palminio Altimari Filho, que pretende autorização do Poder Legislativo para autorizar o Poder Executivo a doar áreas de sua propriedade ao DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro, destinadas à instalação de caixas d'água elevadas.

Esta Procuradoria Jurídica entende **pela legalidade do projeto de lei em apreço, com ressalva**, pelos seguintes motivos:

1) A competência de iniciativa é exclusiva do Prefeito Municipal, a teor dos art. 8, inciso VIII, cabendo a Câmara deliberar em conformidade com o art. 14 ambos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

A propósito, ensina o jurista Hely Lopes Meirelles que:

*“leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara”. (Direito Municipal Brasileiro, 6ª ed., p. 541).*

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Assim, a competência para dispor sobre a referida matéria, por se tratar de doação de um bem imóvel, é de iniciativa do Prefeito Municipal.


2) A Lei Orgânica do Município de Rio Claro concede competência ao Sr. Prefeito para a iniciativa de Projetos de Lei complementar e ordinária (art. 44), sendo exigido o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) O presente projeto para ser aprovada, concernente à alienação de bens imóveis, inclusive doação, conforme art.107, inciso I, alínea "a", **dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal (art.43, § 3º, inciso X).**

b) Para a aprovação da alienação (doação) faz-se necessária prévia avaliação do imóvel e autorização legislativa, **devendo ser anexado ao processo a avaliação do imóvel, conforme art. 107, inciso I, da LOMRC.**

Portanto, diante dos fatos acima expostos, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal indagando o seguinte:

- Que seja anexada ao processo a elaboração da avaliação do imóvel objeto da doação.

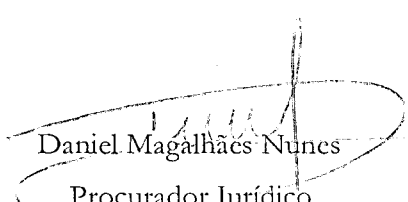


# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**, com a **ressalva de que seja anexada ao processo a avaliação do imóvel**.

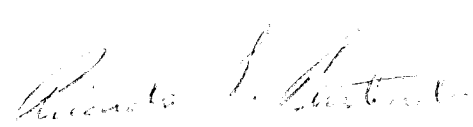
Rio Claro, 29 de setembro de 2016.



Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

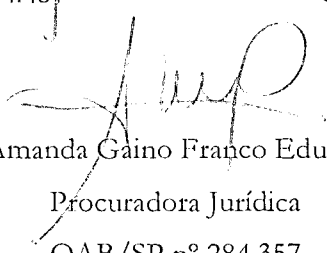
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteadó

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaiño Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

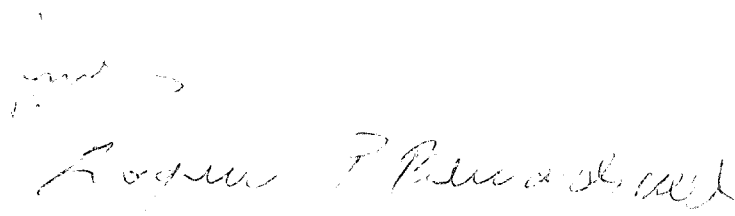
## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

### PROJETO DE LEI Nº 082/2016

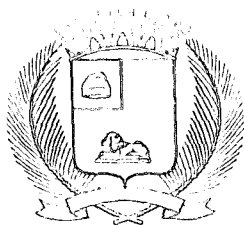
O presente Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal – Autoriza o Município a doar áreas de sua propriedade ao DAAE.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 26 de setembro de 2016.

  
Rogério P. B. de Almeida





# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.048/16

Rio Claro, 21 de setembro de 2016

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação e deliberação pela Colenda Câmara de Vereadores o Projeto de Lei em anexo que, se aprovado, permitirá que o Município possa doar ao DAAE uma área institucional de 725,01 m<sup>2</sup> para que a Autarquia possa regularizar uma caixa d'água erigida no loteamento "Sebastião Santos Lima" - Viver Melhor Rio Claro II.

Essa doação atende à solicitação da Autarquia feita através do Processo Administrativo nº 21.806, de 13 de julho de 2016 e a área de propriedade do Município encontra-se matriculada sob nº 66.954, do 2º Cartório de Registro de Imóveis desta Cidade.

A doação será feita sem ônus ao DAAE, que arcará apenas com as despesas cartorárias necessárias para a regularização da doação.

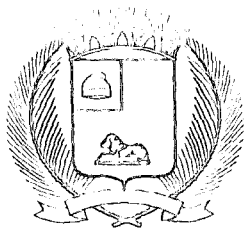
Contando com a sempre honrosa atenção de Vossa Excelência e dos nobres membros desse Legislativo, aguarda-se a aprovação desse Projeto de Lei para que a Administração possa continuar cumprindo suas atribuições.

Atenciosamente.

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
JOÃO LUIZ ZAINE  
DD.Presidente da Câmara Municipal de  
RIO CLARO

CAMARA MUNICIPAL  
2016-09-21 11:11:10



# Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI Nº 033/2016

(Autoriza o Município a doar área de sua propriedade ao DAAE)

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgoto, Autarquia Municipal, uma área denominada "Institucional 1", matriculada sob nº 66.954, do 2º CRI - Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca e que assim se descreve:

- Equipamento Urbano, do loteamento denominado Viver Melhor Rio Claro II, situado nesta cidade de Rio Claro, com frente para rua 1, lado par, iniciando sua descrição no ponto 16, cravado no alinhamento predial da rua 1 com a Área Institucional 2, distando 38,62 metros do alinhamento da rua 19-JN; deste ponto, no sentido horário segue em linha reta com azimute de 32º12'40" numa distância de 22,40 metros até encontrar o ponto 16A; deste ponto, deflete à direita e segue em linha reta com azimute de 122º12'40" numa distância de 36,95 metros, confrontando nestes dois lados com a Área Institucional 2 até encontrar o ponto 26; deste ponto, deflete à direita e segue em linha reta com azimute de 234º28'28" numa distância de 24,20 metros, confrontando com a área de alargamento da via existente até encontrar o ponto 17; deste ponto, deflete à direita e segue em linha reta com azimute de 302º12'40" numa distância de 27,78 metros, confrontando com a rua 1 até encontrar o ponto 16, onde teve início esta descrição, encerrando um perímetro de 111,33 metros e uma área de 725,01 metros quadrados.

Parágrafo Único - A doação de que trata o "caput" será feita sem ônus ao DAAE, que arcará apenas com os custos cartorários e destina-se a regularizar a área onde se encontra erigido o reservatório de água do loteamento "Sebastião dos Santos Lima" - Viver Melhor Rio Claro II.

Artigo 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

Engº PALMINIO ALTIMARI FILHO  
Prefeito Municipal

**PARECER JURÍDICO Nº 83/2016 - REFERENTE AO  
PROJETO DE LEI Nº 83/2016 - PROCESSO Nº 14647-634-16.**

Atendendo ao que dispõe o art. 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 83/2016, de autoria do Prefeito Municipal, Sr. Palminio Altimari Filho, que pretende autorização do Poder Legislativo para autorizar o Poder Executivo a doar área de sua propriedade ao DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro, destinada a regularizar a área onde se encontra erigido o reservatório de água do loteamento “Sebastião dos Santos Lima” – Viver Melhor Rio Claro II.

Esta Procuradoria Jurídica entende **pela legalidade do projeto de lei em apreço, com ressalva**, pelos seguintes motivos:

1) A competência de iniciativa é exclusiva do Prefeito Municipal, a teor dos art. 8, inciso VIII, cabendo a Câmara deliberar em conformidade com o art. 14 ambos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

A propósito, ensina o jurista Hely Lopes Meirelles que:

*“leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara”. (Direito Municipal Brasileiro, 6ª ed., p. 541).*

*[Assinatura]*

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Assim, a competência para dispor sobre a referida matéria, por se tratar de doação de um bem imóvel, é de iniciativa do Prefeito Municipal.

2) A Lei Orgânica do Município de Rio Claro concede competência ao Sr. Prefeito para a iniciativa de Projetos de Lei complementar e ordinária (art. 44), sendo exigido o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) O presente projeto para ser aprovada, concernente à alienação de bens imóveis, inclusive doação, conforme art.107, inciso I, alínea “a”, **dependerá do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal (art.43, § 3º, inciso X).**

b) Para a aprovação da alienação (doação) faz-se necessária prévia avaliação do imóvel e autorização legislativa, **devendo ser anexado ao processo a avaliação do imóvel, conforme art. 107, inciso I, da LOMRC.**

Portanto, diante dos fatos acima expostos, esta Procuradoria Jurídica solicita, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Poder Executivo Municipal solicitando o seguinte:

- Que seja anexada ao processo a elaboração da avaliação do imóvel objeto da doação.



# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

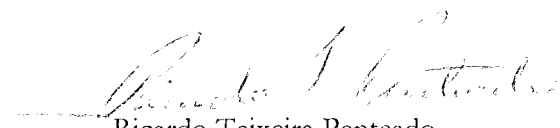
Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço se reveste de **legalidade**, com a **ressalva de que seja anexada ao processo a avaliação do imóvel**.

Rio Claro, 29 de setembro de 2016.

  
Daniel Magalhães Nunes

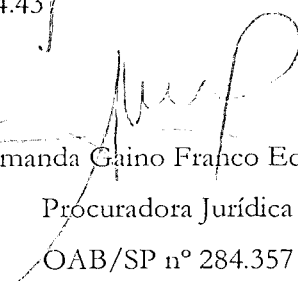
Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteadado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaiño Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

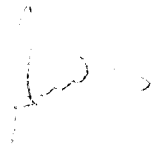
## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

### PROJETO DE LEI Nº 083/2016

O presente Projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal – Autoriza o Município a doar área de sua propriedade ao DAAE.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 26 de setembro de 2016.



Carlos R. Bernardes

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo  
PROJETO DE LEI 024 /2016

Acresce o § 5º no Artigo 4º da Lei nº 3.849, de 14 de dezembro de 2.004, e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica acrescido o § 5º ao Artigo 4º da Lei nº 3.849, de 14 de dezembro de 2.004, que dispõe sobre a aplicação, no município de Rio Claro-SP, das normas de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros.

**Artigo 4º - ...**

**§5º A critério do Corpo de Bombeiros e mediante autorização do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE), a exigência prevista no caput deste artigo, poderá ser substituída pelo repasse integral do valor correspondente ao hidrante urbano de coluna completo para o Fundo Especial de Bombeiros – FEBOM, implantado pela Lei Municipal nº 3.189 de 12 de julho de 2.001.**

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

  
JOÃO LUIZ ZAINE  
Presidente

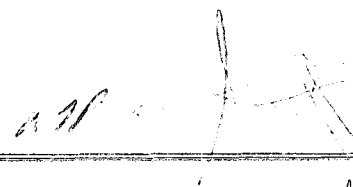
**PARECER JURÍDICO Nº 84/2016 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 84/2016 - PROCESSO Nº 14648-635-16.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 84/2016, de autoria do nobre Vereador João Luiz Zaine, que acresce o § 5º ao artigo 4º da Lei nº 3849, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a aplicação, no município de Rio Claro-SP, das normas de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.





# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei acresce o § 5º ao artigo 4º da Lei nº 3849, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a aplicação, no município de Rio Claro-SP, das normas de segurança contra incêndios do Corpo de Bombeiros.

Diante do exposto e consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 29 de setembro de 2016.

  
Daniel Magalhães Nunes


Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437

  
Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624

  
Amanda Gaiño Franco Eduardo

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

# Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo


## PARECER COMISSÃO CONJUNTA

### PROJETO DE LEI Nº 084/2016

O presente Projeto de Lei de autoria do Vereador João Luiz Zaine – Acresce o § 5º no Artigo 4º da Lei nº 3.849, de 14 de dezembro de 2.004, e dá outras providências.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 26 de setembro de 2016.

 Roberto P. Pereira